



## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

### *Quarta Vara Cível de Maringá*

**PROCESSO Nº** 0010738-87.2014.8.16.0017  
**REQUERENTES** NILO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS, LTDA.  
SEDMAR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E TRANSPORTES MARINGÁ, LTDA.  
TAIMER TRANSPORTES AÉREOS E RODOVIÁRIOS MARINGÁ, LTDA.  
**RITO** RECUPERAÇÃO JUDICIAL

### SENTENÇA

1. — Primeiramente, quanto ao crédito mencionado na petição de seq. 3643, anoto que deve ser habilitado pela via processual adequada, qual seja, habilitação de crédito retardatário, conforme dispõe o artigo 10, § 6º, da Lei 11.101/05.

2. — Quanto ao prosseguimento, trata-se de recuperação judicial, a qual teve seu processamento deferido em 9/6/2014 (seq. 17).

O plano de recuperação judicial foi aprovado em assembleia geral de credores, realizada em 5/8/2015 (seq. 2518.2) e a recuperação judicial foi deferida por este juízo, nos termos do plano aprovado, por meio da decisão de seq. 2612.1, em 22/10/2015.

Decorrido o prazo de dois anos previsto no art. 61 da Lei 11.101/05, as recuperandas requereram o encerramento da presente recuperação judicial.

Porém, na seq. 3494, o Ministério Público requereu a convalidação



## *Quarta Vara Cível de Maringá*

AUTOS Nº 0010738-87.2014.8.16.0017

da presente recuperação judicial em falência, alegando, em suma, que houve atraso no pagamento: a) de 4 créditos trabalhistas, pagos quase nove meses após o prazo previsto; b) de 6 créditos quirografários, pagos em 28/12/2017, quando o vencimento era 5/12/2017 e; c) do crédito trabalhista de Baltazar Rocha, com o qual a recuperanda celebrou acordo ilegal, dilatando os prazos do plano de recuperação, e, ainda assim, descumpriu o acordo feito com o credor, pagando obrigação de 7/12/2017 em 28/12/2017.

Alegou, ainda, que a empresa demonstrou inequivocamente que não foi capaz de se recuperar e está em crise financeira, em razão de ter noticiando a necessidade de novos empréstimos, de haver créditos extra concursais e créditos tributários inadimplidos.

Passo a decidir.

3. — Primeiramente, anoto que nenhum dos legitimados para requerer a falência das devedoras, elencados no art. 97, da Lei 11101/05, o fez.

Somente um credor (a empresa VCP Vitória) se manifestou na seq. 3552.1, requerendo a convocação da recuperação judicial em falência, porém, pouco mais de uma semana após seu requerimento, apresentou a petição de seq. 3597.1, na qual requereu a desconsideração de seu pedido anterior, por ter recebido seu crédito de forma integral.

Ou seja, apenas o Ministério Público, que não consta no rol de legitimados para tanto, requereu a falência das empresas recuperandas. Porém, mesmo se legitimado fosse, os argumentos utilizados pelo *parquet*, não procedem, conforme explanarei a seguir.

De início, é importante frisar que a falência é um processo de execução coletiva, ou um concurso de credores, no qual os bens do falido são arrecadados para uma venda judicial forçada, com a distribuição proporcional do resultado entre todos os credores<sup>1</sup>. À falência, como ao procedimento de recuperação judicial, como a qualquer outro mecanismo processual, pode-se aplicar certamente um princípio comum: o de que eles têm uma finalidade útil. As normas e situ-

<sup>1</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 362.



## *Quarta Vara Cível de Maringá*

AUTOS Nº 0010738-87.2014.8.16.0017

ações têm de ser interpretadas, no caso concreto, tendo em vista essa finalidade útil almejada pela lei, e buscando atingi-la. A falência é execução coletiva: sua finalidade legal é obter, em favor dos credores insatisfeitos, o maior pagamento proporcional que for possível. Ora, se não há credor insatisfeito, se não há crédito impago, para que decretar-se a falência? Para satisfazer a qual crédito, se nenhum existe? Para que instaurar uma execução coletiva se não há crédito a executar?

A falência não pode ser aplicada como mera pena pelo descumprimento da lei, porque não é para isso que a lei a criou; mas deve ser tratada como solução jurídica para satisfazer a maior parte possível dos credores, quando não há chance de superação da crise econômico financeira da empresa.

Portanto, como qualquer outra execução, para que seja possível a sua propositura, é necessário que exista um crédito vencido e não pago, que fique caracterizada a insolvência do devedor, o que não ocorre aqui.

Até o momento, todos os créditos vencidos foram adimplidos, conforme se verifica do relatório juntado pelo administrador judicial na seq. 3719.2, somado aos comprovantes juntados pelas recuperandas na seq. 3730.

O único crédito em aberto é aquele devido às instituições financeiras. Porém, ainda não está vencido, visto que o plano foi aprovado com prazo de 36 meses para quitação desses créditos. E, conforme dispõe o art. 62, da Lei nº 11.101/05, caso os créditos com pagamento previsto após o prazo de dois anos não sejam pagos, caberá **ao credor** postular a execução específica ou ingressar com o requerimento de falência.

Logo, não cabe agora a abertura da execução coletiva, que importaria na venda judicial forçada dos bens das recuperandas, sendo que não há credor a satisfazer, e também não há preenchimento de nenhum requisito legal para a convolação da presente recuperação judicial em falência.

Sobre o tema, dispõe o art. 94, da Lei nº 11.101/05:



## *Quarta Vara Cível de Maringá*

AUTOS Nº 0010738-87.2014.8.16.0017

“Art. 94. Será decretada a falência do devedor que:

I – sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência;

II – executado por qualquer quantia líquida, não paga, não deposita e não nomeia à penhora bens suficientes dentro do prazo legal;

III – pratica qualquer dos seguintes atos, exceto se fizer parte de plano de recuperação judicial:

a) procede à liquidação precipitada de seus ativos ou lança mão de meio ruinoso ou fraudulento para realizar pagamentos;

b) realiza ou, por atos inequívocos, tenta realizar, com o objetivo de retardar pagamentos ou fraudar credores, negócio simulado ou alienação de parte ou da totalidade de seu ativo a terceiro, credor ou não;

c) transfere estabelecimento a terceiro, credor ou não, sem o consentimento de todos os credores e sem ficar com bens suficientes para solver seu passivo;

d) simula a transferência de seu principal estabelecimento com o objetivo de burlar a legislação ou a fiscalização ou para prejudicar credor;

e) dá ou reforça garantia a credor por dívida contraída anteriormente sem ficar com bens livres e desembaraçados suficientes para saldar seu passivo;

f) ausenta-se sem deixar representante habilitado e com recursos suficientes para pagar os credores, abandona estabelecimento ou tenta ocultar-se de seu domicílio, do local de sua sede ou de seu principal estabelecimento;

g) deixa de cumprir, no prazo estabelecido, obrigação assumida no plano de recuperação judicial. ”

O pedido do Ministério Público parece se fundar no inciso I do mencionado artigo, visto que menciona em seu pedido, como ponto principal, pagamentos realizados em atraso pelas empresas recuperandas. Sendo assim, deliberarei sobre cada um desses pagamentos,



## *Quarta Vara Cível de Maringá*

AUTOS Nº 0010738-87.2014.8.16.0017

a fim de demonstrar que nenhum deles se subsume à referida norma.

Quanto aos atrasos nos pagamentos dos créditos trabalhistas de Antônio Carlos Ribeiro, Mauricio Aparecido Martins, Ademar de Souza e Filipe Rodrigues Alves, estes não são capazes de fazer incidir a referida norma, porque todos os créditos eram inferiores a R\$ 1.000,00. Além disso, as recuperandas apresentaram justificativa para o atraso: os referidos credores se recusaram a receber e dar recibo dos valores, pois haviam ingressado com reclamação trabalhista. Então, após localizarem os dados das contas bancárias dos referidos credores, realizaram a transferência do montante atualizado e acrescido de juros.

Quanto ao credor trabalhista Baltazar Aparecido Rocha, apesar de ter sido deferida a habilitação de seu crédito nos autos em apenso de nº 0007955-54.2016.8.16.0017, houve uma composição entre as recuperandas e o credor, tendo ele anuído com o pagamento de seu crédito em seis parcelas de R\$ 5.172,00. Aqui, é importante ressaltar que tal forma de pagamento, apesar de diversa daquela prevista no Plano de Recuperação Judicial, não prejudicou nenhum credor, nem tornou as recuperandas insolventes. E, quanto ao atraso no pagamento da última parcela, o referido credor poderia ter requerido nestes autos a falência das empresas devedoras, mas não o fez. Somente peticionou nos autos de habilitação informando o atraso no pagamento, o que, por si só, não dá ensejo à convalidação em falência, ainda mais considerando que, atualmente, o pagamento já foi realizado em sua integralidade.

Quanto aos credores quirografários, anoto que, diferente do que alega o Ministério Público, somente dois credores foram pagos em atraso, não seis. Quanto aos credores Imobiliária Paiaguás, Auto Posto Fonte Luminosa, Ellenco Soluções Para Transporte e Claro, as recuperandas apenas deixaram de juntar o comprovante aos autos, mas o fizeram depois de intimadas para tanto. Os comprovantes dos pagamentos realizados aos referidos credores, na data prevista no plano, foram apresentados na seq. 3455.1.

Os únicos credores quirografários que receberam seu crédito com algum atraso, foram as empresas Unipetro e Locaweb.



*Quarta Vara Cível de Maringá*

AUTOS Nº 0010738-87.2014.8.16.0017

Em relação à credora quirografária Unipetro, houve atraso no pagamento da primeira parcela devida. O pagamento da referida parcela, no valor de R\$ 1.189,00, estava previsto no plano de recuperação judicial para o dia 30/11/2017, mas foi realizado em 6/12/2017. Apesar de o crédito da referida credora ser superior à 40 salários mínimos, o pagamento fora do prazo não se deu de forma injustificada. As recuperandas esclareceram que a referida credora somente repassou os dados bancários na data de 6/12/2017, ocasião em que promoveram imediatamente o pagamento da parcela. Ressaltaram que, após o recebimento dos dados bancários, todos os demais pagamentos ocorreram nos prazos previstos no plano.

Quanto à credora Locaweb, houve atraso no pagamento das três primeiras parcelas, no valor de R\$ 15,80, cada. Quanto à primeira parcela, vencida em 31/5/2016 e paga em 21/7/2016, as recuperandas esclareceram que a credora requereu que os pagamentos fossem realizados apenas através de boletos bancários. Porém, emitiu o boleto somente em 15/7/2016 e encaminhou com atraso para a realização do pagamento, bem como com a data de vencimento posterior ao contido no plano de recuperação judicial. Quanto à segunda parcela, vencida em 30/6/2016 e paga em 1/8/2016, ocorreu o mesmo problema, sendo que as recuperandas efetuaram o pagamento assim que a credora disponibilizou o boleto. Por fim, quanto à terceira e última parcela paga em atraso, o vencimento (31/7/2016), caiu em um domingo e, por isso, o pagamento foi realizado no dia imediatamente seguinte.

Ainda, quanto à credora VCP Vitória, que se manifestou na seq. 3552, requerendo a convolação em falência, importante anotar que seu crédito não estava habilitado nos autos, tendo se originado após o pedido de recuperação judicial, o que impossibilitaria a referida credora de pleitear a convolação em falência, visto que seu crédito deveria ser objeto de ação própria. Ademais, conforme esclareceram as recuperandas, o valor do referido crédito estava sendo discutido, em razão de desacordo comercial, e não por ausência de capacidade de pagamento. Em razão disso, chegando as partes em um consenso quanto ao valor devido, a dívida foi quitada, conforme comunicou a própria credora (seq. 3597).

No tocante à manifestação do credor Setcamar (seq. 3536.1), na



## *Quarta Vara Cível de Maringá*

AUTOS Nº 0010738-87.2014.8.16.0017

qual alegou não ter computado o pagamento das duas últimas parcelas de seu crédito quirografário, anoto que, conforme se vê pelos documentos juntados pelas recuperandas na seq. 3018.13, referidas parcelas foram devidamente quitadas.

Quanto à manifestação de seq. 3535.1, do credor A. C. Santana Ferramentas, na qual alega ter sido retirado do Quadro Geral de Credores, o administrador judicial esclareceu que (seq. 3719), na fase de análise de habilitações e divergências de créditos, foi-lhe apresentado comprovante de pagamento do referido crédito pelas Recuperandas (que consta na seq. 3636.2), motivo pelo qual realizou a exclusão do credor da relação de credores. Ademais, no presente momento, importante salientar que o referido credor não impugnou a relação de credores apresentada pelo administrador judicial, devendo, se for o caso, perseguir eventual crédito ainda existente pela via judicial cabível.

Por fim, quanto à manifestação do Itaú Unibanco (seq. 3708), na qual concorda com o pedido do Ministério Público, reiterando os argumentos expostos pelo *parquet* em relação aos atrasos nos pagamentos, razão também não lhe assiste, conforme já expliquei de forma detalhada até aqui. Ademais, o prazo previsto no plano de recuperação judicial para que o referido credor receba seus créditos ainda não se findou, não havendo, por ora, o que reclamar. É descabida a ideia de decretar-se a falência a pedido de um credor cujo crédito não é exigível, ou seja, não é suscetível de execução imediata.

Alega ainda o Ministério Público que a empresa demonstrou inequivocamente que está em crise financeira, em razão de ter noticiando a necessidade de novos empréstimos. Porém, razão também não lhe assiste. A realização de empréstimos por pessoas jurídicas para desenvolvimento de suas operações é atividade usual em qualquer ramo empresarial e, por si só, não é capaz de demonstrar instabilidade financeira da empresa. E, no presente caso, como já dito, as recuperandas não estão com nenhum crédito previsto no plano de recuperação vencido e não pago, o que demonstra a capacidade de recuperação financeira das referidas empresas.

No mais, quanto aos créditos tributários inadimplidos, de fato existem, conforme manifestações da União (seq. 3528.1) e do Estado



## *Quarta Vara Cível de Maringá*

AUTOS Nº 0010738-87.2014.8.16.0017

(seq. 3527.1). Porém, a existência de créditos tributários não tem o condão de impedir o reconhecimento das obrigações assumidas no plano de recuperação.

Explico.

Conforme dispõe o art. 187, do CTN, a cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.

Não estando o credor fiscal submetido à recuperação judicial, não consta do rol de credores legitimados para compor a assembleia geral de credores (art. 41 da Lei nº 11.101/2005), nem tem seu crédito previsto no plano de recuperação judicial. Consequentemente, não há que se falar em pagamento do crédito tributário nestes autos.

A única exigência em relação aos créditos tributários é feita antes da concessão da recuperação judicial, conforme dispõe o art. 191-A do CTN:

“A concessão de recuperação judicial depende da apresentação da prova de quitação de todos os tributos, observado o disposto nos arts. 151, 205 e 206 desta Lei”.

No mesmo sentido, o art. 57 da Lei nº 11.101/2005 dispõe:

“Após a juntada aos autos do plano aprovado pela assembleia-geral de credores ou decorrido o prazo previsto no art. 55 desta Lei sem objeção de credores, o devedor apresentará certidões negativas de débitos tributários nos termos dos arts. 151, 205, 206 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional”.

Assim, verifica-se que a quitação dos créditos tributários é uma exigência para concessão da recuperação judicial, não para seu encerramento. E, quando da concessão da recuperação, as recuperandas apresentaram a prova de quitação de todos os tributos.

Assim, não estando os créditos tributários dentre as obrigações assumidas no plano de recuperação, não devem ser aqui discutidos, mas sim perseguidos pelas vias judiciais cabíveis.





## *Quarta Vara Cível de Maringá*

AUTOS Nº 0010738-87.2014.8.16.0017

Diante de todo o exposto, verifico que não houve o descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano de recuperação judicial, razão pela qual indefiro o pedido do Ministério Público de convalidação da recuperação em falência.

4. — No presente caso, verifico que as recuperandas, a fim de evitar agravamento de sua saúde financeira, socorreram-se do Poder Judiciário por meio desta ação de recuperação judicial. No decorrer do processamento do feito, ofereceram um plano de recuperação, o qual foi cumprido em tempo oportuno, conforme já explanado de forma específica no item anterior.

Conforme se depreende da leitura dos arts. 61 e 63 da Lei nº 11.101/2005, o devedor permanecerá em recuperação judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no plano que se vencerem até dois anos depois da concessão da recuperação judicial.

Cumpridas todas as obrigações constantes do plano de recuperação, durante os dois anos em que o devedor esteja em recuperação judicial, caberá o encerramento da recuperação. Vejamos:

“Art. 61. Proferida a decisão prevista no art. 58 desta Lei, o devedor permanecerá em recuperação judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no plano que se vencerem até 2 (dois) anos depois da concessão da recuperação judicial. ”

“Art. 63. Cumpridas as obrigações vencidas no prazo previsto no caput do art. 61 desta Lei, o juiz decretará por sentença o encerramento da recuperação judicial e determinará:

I – o pagamento do saldo de honorários ao administrador judicial, somente podendo efetuar a quitação dessas obrigações mediante prestação de contas, no prazo de 30 (trinta) dias, e aprovação do relatório previsto no inciso III do caput deste artigo;

II – a apuração do saldo das custas judiciais a serem recolhidas;

III – a apresentação de relatório circunstanciado do administrador judicial, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, versando sobre a execução do plano de recuperação pelo devedor;

IV – a dissolução do Comitê de Credores e a exoneração do administrador judicial;



## *Quarta Vara Cível de Maringá*

AUTOS Nº 0010738-87.2014.8.16.0017

V - a comunicação ao Registro Público de Empresas para as providências cabíveis. ”

Assim, uma vez cumpridas as obrigações assumidas no plano de recuperação judicial e diante da concordância do Administrador Judicial, bem como da ausência de objeções de credores, plenamente cabível o deferimento do pedido de encerramento da recuperação judicial.

Anoto que a eventual existência de impugnações de crédito ainda pendentes de julgamento ou de trânsito em julgado não é obstáculo para o encerramento da recuperação judicial. O credor não sofrerá qualquer tipo de prejuízo, considerando que, depois de ver reconhecido judicialmente seu crédito, deverá cobrar individualmente da devedora, tendo em vista que superado o período de dois anos, não mais se há que falar em conversão da recuperação em falência por descumprimento de obrigação incluída no plano. Da mesma forma, deverão os credores com crédito previstos no plano para pagamento após o presente encerramento, em caso de inadimplência, requerer a execução específica, conforme dispõe o art. 62, da Lei n. 11.101/05.

Ressalto que não é admissível, sob pena de eternização de processos, que a recuperação judicial prossiga até que decididas todas as impugnações de crédito e cumpridas todas as obrigações assumidas no plano. Deve-se, assim, aplicar a *mens legis*, sempre com vistas à efetividade processual, de modo que o processo exista apenas por dois anos a contar da aprovação do plano, já que eventual descumprimento posterior é irrelevante para fins de conversão em falência.

Diante do exposto e nos termos dos artigos 61 e 63, da Lei n. 11.101/05, julgo encerrada a presente recuperação judicial.

Transitada esta em julgado, concedo ao Administrador a Judicial o prazo de 15 dias para apresentação do relatório previsto no artigo 63, inciso III, da Lei 11.101/05.

Apresentado o relatório, fica exonerado o Dr. Marcio Roberto Marques do cargo de Administrador Judicial.

Oportunamente, comunique-se à JUCEPAR que foi dada a recuperação por cumprida e encerrada, bem como, se necessário for, aos



*Quarta Vara Cível de Maringá*

AUTOS Nº 0010738-87.2014.8.16.0017

demais órgãos de cadastros como SERASA, SCPC e afins.

As custas deverão ser calculadas e recolhidas.

Dê-se vista ao Ministério Público.

Após a apresentação do relatório pelo Administrador Judicial, v. cls. para deliberar sobre a expedição de alvará em favor dele, referente aos honorários depositados em conta judicial vinculada aos autos, arbitrados na seq. 164.1 e depositados nas contas judiciais de nº 01693505-4 e 01605946-7.

P., r. e i.. Maringá, 29 de junho de 2018.

ALBERTO MARQUES DOS SANTOS  
JUIZ DE DIREITO

